

A importância da aprendizagem: perfil de discentes idosos na UFPB

The importance of learning: profile of elderly students at UFPB

Mônica Dias Palitot¹; Danyelle Gonzaga Monte da Costa²; Ana Clara Oliveira Alencar³;
Maria Luiza Olímpio⁴; Luís Carlos da Silva⁵

DOI: 10.51207/2179-4057.20250056

Resumo

A educação configura-se como uma ferramenta essencial para o processo de conscientização dos indivíduos, possibilitando que reconheçam seus direitos e deveres, além de ampliar sua participação social e atuação em diferentes contextos. As universidades, por sua vez, assumem uma responsabilidade significativa na tarefa de educar e, embora cada uma tenha as suas especificidades, todas estão vinculadas a diretrizes gerais que orientam suas ações dentro do contexto histórico e social em que se inserem. Apesar da crescente participação de pessoas idosas na sociedade brasileira, a presença destas pessoas nas instituições de Ensino Superior ainda é mínima. **Objetivo:** Conhecer o perfil das pessoas idosas, discentes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). **Método:** Pesquisa do tipo documental, o levantamento dos dados foi realizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da UFPB, os dados foram catalogados e apresentados através de tabela e gráficos. **Resultados:** Verificou-se um total de 282 estudantes de graduação com mais de 60 anos, o que representa uma média de 0,85% desta população, distribuídas a maioria no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), com 19%, e do Centro de Educação (CE), com 18%. Com relação aos dados sociodemográficos, foi encontrado que a maioria eram homens e pessoas brancas, tendo um total de 60% que já tinham cursado outra graduação. **Considerações:** É importante ressaltar que o paradigma preconceituoso da velhice, consolidado ao longo do tempo, vem sendo gradualmente desconstruído por meio de políticas públicas, da educação e pela atuação dos próprios idosos e pela mobilização social.

Unitermos: Idoso. Ensino Superior. Educação.

Summary

Education is an essential tool for raising awareness among individuals, enabling them to recognize their rights and responsibilities, as well as expanding their social participation and actions in different contexts. Universities, in turn, assume a significant responsibility in the task of educating. Although each has its own specificities, they are all bound by general guidelines that guide their actions within the historical and social context in which they operate. Despite the growing participation of older adults in Brazilian society, their presence in higher education institutions remains minimal. **Objective:** To understand the profile of elderly people, students at a Federal public university, in this case, the Federal University of Paraíba (UFPB). **Methods:** Documentary research, the data collection was carried out by the Superintendence of Information Technology (STI) of UFPB, the data were cataloged and presented through tables and graphs. **Results:** A total of 282 undergraduate students over 60 years of age were found, which represents an average of 0.85% of this population, distributed mostly in the Center of Human Sciences, Letters and Arts (CCHLA), with 19%, and the Education Center (CE), with 18%. Regarding sociodemographic data, it was found that the majority were men and white people, with a total of 60% who had already attended another degree. **Considerations:** It is important to emphasize that the prejudiced paradigm of old age, consolidated over time, has been gradually deconstructed through public policies, by education and by the actions of the elderly themselves and by social mobilization.

Keywords: Older Adults. Higher Education. Education.

Trabalho realizado na da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, Brasil.

Conflito de interesses: Os autores declaram não haver.

1. Mônica Dias Palitot – Professora do Departamento de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/ Centro de Educação; Doutora em Psicologia Social (UFPB), João Pessoa, PB, Brasil. **2.** Danyelle Gonzaga Monte da Costa – Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/CCHLA; Doutora em Psicologia Social (UFPB), João Pessoa, PB, Brasil. **3.** Ana Clara Oliveira Alencar – Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, Brasil. **4.** Maria Luiza Olímpio – Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, Brasil. **5.** Luís Carlos da Silva – Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, Brasil.

Introdução

A presença de pessoas idosas tem aumentado de forma crescente no Brasil, e, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2009 o país contava com uma população de 21 milhões de pessoas de 60 anos ou mais de idade, em 2012 esta população era de 25,4 milhões e em 2017 passou a ser de 30, 2 milhões, dados do censo de 2022 demonstraram que essa população passou a ser de 32.113.490, ou seja, 15,8% da população do Brasil e as projeções apontam que a população idosa no país será de 33,7% em 2060. (Palitot et al., 2022).

Ainda de acordo com Palitot et al. (2022), as perspectivas do envelhecimento normal, bem como teorias sobre o envelhecimento cognitivo, caracterizam as modificações que ocorrem no envelhecimento normal que podem ser de perdas ou ganhos. Esses mecanismos básicos de declínio são elencados a partir de diferenças entre variáveis presentes em cada pessoa idosa, tais como: características sociais, educacionais, econômicas, saúde física e mental; deste modo, percebe-se que algumas funções cognitivas poderão sofrer um declínio com o passar do tempo, enquanto outras poderão permanecer mantidas e outras poderão melhorar.

Borges et al. (2017) destacam que o envelhecimento representa um processo natural, universal e sem possibilidade de retorno, que não se manifesta de modo uniforme entre os indivíduos, portanto, o ato de envelhecer é uma etapa fundamental da vida e as informações, disponíveis atualmente, demonstram que ainda não existe intervenção capaz de modificar esse processo.

Faz-se importante compreender que, no processo de envelhecimento, os sujeitos se deparam com mudanças biológicas/físicas, psicológicas, sociais e culturais (Borges et al., 2017; Zimerman, 2007).

Em relação às modificações biológicas/físicas, encontram-se incluídas neste aspecto mudanças morfológicas, como o surgimento de rugas e cabelos brancos, alterações fisiológicas relacionadas às funções orgânicas e modificações bioquímicas, que envolvem transformações nas reações químicas do organismo (Borges et al., 2017). Corroborando com essa visão, Zimerman (2007) enfatiza que, nesta

fase, as mudanças ocorrem como o aparecimento de rugas, manchas na pele e alterações posturais, além de modificações internas, como a diminuição da funcionalidade dos órgãos, a perda de neurônios e o declínio dos sentidos. Embora inevitáveis, tais mudanças podem ser atenuadas por meio de hábitos saudáveis, como a prática de atividade física e uma alimentação equilibrada. Para Zimerman (2007), compreender essas alterações como parte do ciclo da vida é importante para manter a autonomia e a qualidade de vida.

Além das mudanças físicas, também são observadas no envelhecimento as alterações subjetivas, que podem demandar adaptações emocionais e cognitivas frente às novas vivências e desafios que o processo de envelhecimento traz. As interações sociais também podem sofrer mudanças, principalmente no que concerne aos aspectos econômicos, culturais e pelo valor que a sociedade confere à velhice. Nesse cenário, de tantas transformações, a ciência demonstra que a prática de exercícios físicos ao longo da vida, e, sobretudo, na velhice, pode ajudar a melhorar a mobilidade, o equilíbrio e a autonomia, promovendo o bem-estar mental e a socialização. Portanto, é fundamental que a atenção à saúde dos idosos leve em conta essas diversas dimensões, reconhecendo as particularidades e capacidades de cada pessoa ao longo do envelhecimento (Borges et al., 2017).

Ainda em relação aos aspectos físicos, Oliveira et al. (2015) salientam que pessoas idosas frequentemente mencionam perdas ligadas à juventude, como a diminuição da estética, do desempenho musculoesquelético e de algumas percepções sensoriais, além de uma queda na memória, nas habilidades cognitivas e na atividade física. Vários também sentem nostalgia da juventude, especialmente no que se refere à capacidade funcional para o trabalho e o lazer. Lima e Delgado (2010) acrescentam a essa discussão ao notar que, independentemente das razões biológicas para o envelhecimento, ocorrem mudanças físicas, como a perda gradual da elasticidade do tecido conjuntivo, aumento da gordura corporal, redução do consumo de oxigênio, diminuição da quantidade de água no organismo e enfraquecimento muscular

As modificações psicológicas ocorrem à medida que o ser humano precisa se adaptar a cada situação nova do seu cotidiano (Borges et al., 2017). Do ponto de vista psicológico, Biasus (2016) demonstra que discutir a psicologia do idoso envolve considerar a proximidade da morte e a angústia que isso pode gerar. A forma como essa angústia é vivida depende das habilidades emocionais adquiridas ao longo da vida, especialmente no que diz respeito à aceitação de perdas e lutos, que se tornam mais comuns na velhice. A habilidade de lidar com essas experiências está relacionada à maturidade emocional, à autoconfiança, à capacidade de suportar frustrações e à aptidão para cultivar novas relações. Quando esses elementos não são devidamente desenvolvidos, o idoso pode demonstrar maior fragilidade emocional em face dos conflitos que surgem na terceira idade.

Nesse diapasão, Zimerman (2007) aponta desafios como a adaptação a novos papéis sociais, sentimentos de desvalorização, solidão e perda de motivação. Bem como ressalta que quadros de tristeza profunda e preocupação com a saúde são frequentes, embora muitas vezes desconsiderados por serem considerados naturais da idade. A forma como cada pessoa vivencia essa fase depende de sua história de vida, personalidade e rede de apoio. Por isso, Zimerman (2007) defende a importância de manter atividades intelectuais, cultivar vínculos afetivos e desenvolver formas de reconhecimento e valorização pessoal.

Já as modificações sociais se referem à alteração nas relações sociais, influenciadas pela diminuição da produtividade e do poder físico e econômico, sendo mais evidentes em países com economia capitalista (Borges et al., 2017). No que se refere ao aspecto social, Zimerman (2007) ressalta que o envelhecimento pode significar o afastamento do mercado de trabalho, a redução do convívio social e a marginalização por parte de uma sociedade que valoriza a juventude. Isso pode gerar sentimentos de isolamento e perda de sentido. No entanto, o autor destaca que é possível ressignificar essa fase por meio da participação em atividades comunitárias, ações de voluntariado e fortalecimento dos vínculos intergeracionais. O desafio, segundo Zimerman

(2007), é construir uma sociedade inclusiva, que valorize a experiência dos idosos e ofereça espaços onde possam continuar contribuindo de forma ativa e significativa.

Assim, para Rodrigues e Dala-Paula (2023), as relações geracionais, com a convivência e a troca de saberes, podem contribuir no desenvolvimento sobre a velhice e do envelhecimento, fortalecendo os idosos e favorecendo o aprendizado contínuo. Segundo os autores, o papel ativo das pessoas e a colaboração entre diferentes idades são essenciais para uma comunidade mais inclusiva e um envelhecimento saudável.

Diante desta realidade, inicia-se, no Brasil, um processo reflexivo a respeito da inserção desse grupo em várias esferas e principalmente no âmbito educacional.

Partindo dessas premissas, percebe-se o quanto é relevante para as pessoas idosas manterem suas funções executivas básicas ativas, pois o cérebro humano, mesmo após sua completa formação, permanece produzindo novos neurônios através do processo de neurogênese. Isso permite que novas conexões sejam formadas e o cérebro seja constantemente adaptado e moldado, tanto em níveis estruturais como funcionais. É o que a neurociência chama de plasticidade cerebral, fenômeno diretamente ligado à aprendizagem (Chaves, 2023).

Neste sentido, Lima (2020) fala sobre uma relação dialética: a “plasticidade ocorre por meio do aprendizado e o aprendizado estimula a plasticidade” (p. 36). Isso porque a estrutura cerebral possibilita que o estímulo seja recebido e processado, ao passo que esse processamento modifica o próprio cérebro, que é plástico/flexível, por meio da criação de novas sinapses e da ampliação da complexidade das redes neurais (Costa, 2023). Contudo, por mais que a neuroplasticidade permaneça ao longo do envelhecimento e possibilite uma aprendizagem continuada, ela ainda é afetada pelos efeitos das perdas sinápticas. Isso não significa uma incapacidade de aprender, mas sim uma maior dificuldade na aquisição de novos aprendizados e na adaptação a mudanças, sinalizando um declínio nas funções cognitivas. Estudar essas alterações dos recursos da

cognição é essencial para compreender o funcionamento do aprendizado na velhice.

Araújo e Silveira (2024) destacam o papel central da memória como função cognitiva no processo de aprendizagem, sendo ela responsável por armazenar informações a curto ou longo prazo e por atuar no dia a dia ao adquirir, arquivar e recuperar os dados aprendidos. Ainda que fatores como interação, emoção, estado de alerta ou ânimo, sono e leitura façam grande diferença na conservação dessa função, o declínio cognitivo é característico da velhice e, ainda que retardado, limita a capacidade de recordação das pessoas neste grupo etário (Chaves, 2023).

A atenção é também um fator essencial para que ocorra a aprendizagem, sendo um filtro que possibilita a percepção, seleção e organização das informações, bem como a manutenção das funções como o pensamento, a linguagem e a própria memória. Funcionalmente, a capacidade atencional se divide em quatro categorias: seletiva – focar em um estímulo e ignorar os outros; sustentada – manter o foco por um período prolongado; dividida – prestar atenção a múltiplos estímulos ao mesmo tempo; e alternada – mudar o foco de um estímulo para outro de forma eficiente (Barbosa et al., 2021). Sob essa perspectiva, estudos apontam que a atenção tende a ser comprometida com o processo de envelhecimento, principalmente no que se refere à atenção seletiva, o que pode representar um desafio para a aprendizagem, visto que a pessoa idosa pode revelar maior tendência à distração e dificuldade em filtrar o que é importante do que não é no momento (Araújo & Silveira, 2024).

Em conjunto com a memória e a atenção, entre as principais barreiras relatadas por pessoas em processo de envelhecimento saudável está o declínio da velocidade de processamento, a chamada agilidade mental, que impacta diretamente em um processo de aprendizagem mais lento (Luz et al., 2022). Nesse sentido, Araújo e Silveira (2024) indicam que a velocidade de processamento afeta de modo geral todas as funções cognitivas, enquanto o cérebro entende, organiza e responde às informações. Outrossim, seria esse processo a principal diferença de desempenho entre a população jovem

e a população mais velha. Isso ocorre porque, como consequência dessa lentidão, há uma limitação de tempo para a pessoa idosa nas tarefas mentais, já que o cérebro não possui tempo suficiente para processar adequadamente as etapas iniciais de uma determinada atividade, o que prejudica o resultado final. Além disso, há pouca simultaneidade, pois a demora para concluir a tarefa favorece que as informações iniciais sejam perdidas ou esquecidas até o término do processamento.

Todas estas modificações são naturais do processo de envelhecimento, no entanto, não são determinantes e um grande potencial agravador do declínio funcional do cérebro para aprender na velhice pode ser a falta de estimulações cognitivas, assim, para que o processo de aprendizagem seja consolidado, é fundamental não só adquirir novas informações, mas integrá-las a conexões neurais previamente estabelecidas, para fortalecer essas ligações já existentes e mantê-las ativas. Do contrário, o desuso dessas redes pode levar ao seu enfraquecimento, resultando no esquecimento da informação e no empobrecimento sináptico (Costa, 2023).

Portanto, a facticidade de um inevitável retrocesso biológico não deve ser um impedimento para que a pessoa idosa se engaje em tarefas mais ativas, como um curso de graduação. Pelo contrário, isso deve servir como motivação para adiar, o quanto possível, essas rachaduras neurofisiológicas, buscando alimentar-se constantemente de estímulos. Desse modo, estudos diversos comprovam que a estimulação cognitiva traz benefícios significativos para a prevenção e conservação da saúde cerebral na terceira idade.

Além de favorecer a cognição saudável, Matos et al. (2021) apresentam ainda a aprendizagem contínua como uma atividade social que, no contexto universitário, por exemplo, insere a pessoa idosa em um ambiente de construção do pensamento crítico, possibilita o acesso ao conhecimento sobre seus direitos, promove a convivência com diferentes grupos, favorece o aprendizado de novas formas de se relacionar, amplia a rede de apoio e contribui para o bem-estar mental e, assim, para a qualidade de vida.

A experiência da formação acadêmica no Ensino Superior é diversa quando consideramos seu diverso público estudantil. Uma vez que falamos de pessoas idosas incluídas nesse corpo discente, há particularidades no processo de aprendizagem decorrentes do declínio do desempenho cognitivo natural do envelhecimento. Todavia, isto não constitui incapacidade desse grupo em aprender e, conforme Costa (2023), a aprendizagem não se restringe às primeiras fases do ciclo da vida, mas ocorre continuamente de maneiras variadas ao longo dela, pois “somos seres de e para o conhecimento” (p. 4).

Se faz necessário que as instituições apresentem um olhar inclusivo respeitando deste modo o estudante idoso, em suas características e especificidades didático metodológico, para que possa haver aprendizagens significativas e uma verdadeira inclusão deste grupo no processo ensino-aprendizagem.

Conforme demonstram os dados, a população no Brasil tem crescido de forma acelerada, com projeções indicando que os idosos representarão 20% da população até 2050. Esse fenômeno, aliado a uma nova concepção de velhice ativa, tem motivado um aumento na busca por educação superior por parte dessa faixa etária (Thomazini, 2021).

Com o aumento da expectativa de vida e a melhoria nas condições de saúde, os idosos têm buscado cada vez mais o ensino superior como forma de realização pessoal, atualização profissional ou simplesmente pelo prazer de aprender (Santos et al., 2024). Fernandes et al. (2021) destacam que, com o aumento da longevidade no Brasil, mais idosos buscam o Ensino Superior, motivados por socialização e atualização cultural.

A presença de idosos no Ensino Superior é recente e promissora, mas ainda faltam, além das políticas públicas, uma adaptação das instituições no sentido de acesso à aprendizagem, com novas formas de pensar a metodologia e a didática, tendo em vista características próprias dessa fase. A educação, se adequada a esse público, pode impulsionar o envelhecimento ativo e estimular a inclusão social.

É preciso investir em pesquisas e metodologias inclusivas para garantir seu acesso aos benefícios

da formação formal (Oliveira et al., 2016). E, como destaca Thomazini (2021), a Constituição Federal de 1988 (art. 205 e 206) e o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) asseguram o direito à educação ao longo da vida, sem discriminação por idade. Reis et al. (2018) corroboram com a afirmação de que há uma carência de pesquisas e políticas públicas voltadas para o acesso e permanência de idosos no Ensino Superior, o que reflete na baixa representatividade deste grupo nas instituições de Ensino Superior.

Segundo Reis et al. (2018), os motivos que levam os idosos a buscar o Ensino Superior estão relacionados à realização pessoal e profissional, elevação da autoestima e participação ativa na sociedade, sendo o apoio familiar, a mobilização individual e referências sociais determinantes para seu ingresso e permanência nas instituições de educação superior.

Ainda, de acordo com as autoras supracitadas, as histórias de vida dos participantes destacam trajetórias marcadas por adversidades na infância, como dificuldades financeiras e falta de acesso à educação, superadas posteriormente por meio de esforço pessoal e oportunidades profissionais. Verificando também que a consolidação profissional e a independência econômica foram fatores que facilitaram o retorno aos estudos. Além disso, demonstraram que os idosos enfatizam a importância do Ensino Superior para sua valorização social e intelectual, bem como para a manutenção de uma vida ativa e participativa.

Com base em dados do Censo da Educação Superior de 2010, a pesquisa revela que apenas 0,21% das matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) correspondem a alunos com 60 anos ou mais, totalizando 4.636 ingressantes. Contudo, 75% desses idosos concluem seus cursos, com destaque para a Região Sudeste, que concentra o maior percentual (2.117 ingressantes).

Posteriormente, resultados de estudos realizados em 2018 por Reis et al. revelam que a presença de idosos no Ensino Superior no Brasil representava apenas 0,57% das matrículas em 2015. Contudo, já se observa um aumento de matrículas dos idosos nas instituições de Ensino Superior.

Raymundo et al. (2012) abordam um crescimento significativo no número de matrículas de idosos (60 anos ou mais) em cursos de graduação presenciais e a distância, destacando-se a predominância feminina nesse cenário, que reflete a maior longevidade e participação das mulheres na sociedade. Os autores também ressaltam que, apesar dos avanços, as políticas educacionais ainda não atendem plenamente às necessidades específicas dos idosos, demonstrando a carência de pesquisas e estratégias pedagógicas adaptadas. O estudo conclui que o aumento contínuo de idosos no Ensino Superior exigirá mudanças estruturais nas políticas públicas e educacionais para garantir sua efetiva inclusão e qualidade de vida.

Concomitantemente, Thomazini (2021) destaca que embora haja um crescente interesse dos idosos pelo Ensino Superior e um arcabouço legal que os ampare, a efetivação desse direito ainda esbarra em obstáculos estruturais e culturais. Ainda são necessárias a implementação de políticas públicas mais robustas, bem como, uma mudança social que valorize o envelhecimento ativo e a educação continuada.

Santos et al. (2024) demonstram um crescimento significativo no número de idosos matriculados em instituições de Ensino Superior, impulsionado pelo aumento da expectativa de vida e por políticas públicas como o Estatuto do Idoso, criado em 2003. Os autores contextualizam o Brasil como o 6º país com maior população idosa no mundo com 31,5 milhões de idosos e expectativa de vida de 81 anos. O país vive um envelhecimento populacional impulsionado por avanços médicos e melhores condições de vida, o que tem incentivado a educação continuada. As mulheres são maioria nesse cenário, devido à sua maior longevidade, mas persistem desigualdades: a taxa de analfabetismo entre idosas negras e pardas (23,3%) é mais que o dobro da registrada entre brancas (9,3%).

O período de 2012 a 2022 registrou um expressivo crescimento de 86% nas matrículas de idosos no Ensino Superior, sinalizando avanços na inclusão educacional. Entretanto, obstáculos como o preconceito etário (baseado em estereótipos sobre declínio

cognitivo), as disparidades raciais (com idosos negros e pardos mais impactados pelo analfabetismo) e a carência de infraestrutura adaptada (em termos pedagógicos e físicos) continuam a desafiar a efetiva participação dessa faixa etária (Santos et al., 2024).

Diante da crescente expectativa de vida no Brasil e do ingresso cada vez maior das pessoas idosas no Ensino Superior brasileiro, a presente pesquisa teve por objetivo, conhecer o perfil das pessoas idosas, discentes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ou seja, quantos são, quem são e onde estão os estudantes com mais de 60 anos da UFPB.

Esta nova realidade com relação à presença cada vez maior de pessoas mais velhas nas universidades exigirá uma nova forma de pensar a respeito desta população, principalmente no que tange às questões relacionadas à aprendizagem e a importância de se trabalhar a superação de preconceitos relacionados ao ageísmo, ao etarismo, que ainda são predominantes em nossa sociedade, e que se refletem também nas universidades.

Método

Trata-se de um levantamento do tipo bibliográfico-documental, com base numa pesquisa exploratória – descritiva, pois tal como afirmam Lakatos e Marconi (2011, p. 57): “abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo”. O material documental utilizado diz respeito aos documentos e legislações que regem a educação no Brasil, bem como a solicitação e recebimento dos dados, nos meses de abril e maio de 2025, para a Universidade Federal da Paraíba, mais precisamente, no mês de março do corrente ano, recorreu-se a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), um dos órgãos auxiliares de direção superior da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e solicitou-se os dados referentes aos estudantes com mais de 60 anos.

A partir dos dados recebidos no mês de maio de 2025, realizou-se uma análise sobre o perfil dos discentes idosos(as), na qual verificou-se variáveis como: os Centros em que estudam, gênero, raça, doenças ou deficiências apresentadas e se possuem outra graduação anterior.

Resultados e Discussão

Com relação à Universidade Federal da Paraíba, instituição lócus da presente pesquisa, trata-se de uma Ufes que tem sua criação datada de 1955, à época chamada de Universidade da Paraíba, foi federalizada após 5 anos, aprovada e promulgada pela Lei nº. 3.835 de 13 de dezembro de 1960, e transformada em Universidade Federal da Paraíba, incorporando as estruturas universitárias existentes nas cidades de João Pessoa e Campina Grande. A partir de então, desenvolveu uma crescente estrutura *multicampi*, em sete *campi* implantados nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras. No início de 2002, a UFPB passou pelo desmembramento de quatro dos seus sete *campi*. A partir de então, a UFPB ficou composta legalmente pelos *campi* de João Pessoa (capital), Areia e Bananeiras, passando os demais *campi* (Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Sousa) a serem incorporados pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Desde 2014, a UFPB está estruturada da seguinte forma: *Campus I*, na cidade de João Pessoa, compreendendo os seguintes Centros: Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN); Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA); Centro de Ciências Médicas (CCM); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA); Centro de Educação (CE); Centro de Tecnologia (CT); Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); Centro de Biotecnologia (CBiotec); Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR); Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA); Centro de Informática (CI) e Centro de Energias Alternativas Renováveis (CEAR); o *Campus II*, na cidade de Areia, compreendendo o Centro de Ciências Agrárias (CCA); o *Campus III*, na cidade de Bananeiras, abrangendo o Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA), e o *Campus IV*, nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, com o Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAEE).

Dados divulgados pela UFPB demonstram que há uma média de 39.283 estudantes na instituição, sendo 32.991 alunos de graduação e 6.292 de pós-graduação. Segundo dados obtidos pelo Sistema de

Informação da UFPB para a realização deste estudo, a Universidade conta atualmente, neste ano de 2025, com um total de 282 estudantes de graduação com mais de 60 anos, o que representa uma média de 0,85% desta população.

Como foi observado anteriormente, a entrada e permanência dos idosos nas universidades são aspectos recentes a serem estudados, tendo em vista o crescimento deste grupo na população brasileira. Embora, não se tenha dados para realizar comparações com anos anteriores, pode-se observar que a média de idosos na UFPB, demonstra estar, por exemplo, acima dos dados apresentados pelo Mapa do Ensino Superior no Brasil em março de 2025, a respeito da presença dos idosos em universidades privadas, em que apenas 0,4% destes estudantes estão em cursos presenciais e 0,8% nos cursos a distância (EAD).

Atualmente, a UFPB tem matriculados um total de 282 discentes idosos(as), nos mais variados Centros da instituição, conforme a Tabela 1.

A Tabela 1 apresenta os centros em que mais ingressaram pessoas idosas, são eles: os Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) com 19%, seguido do Centro de Educação (CE, com 18%). O que demonstra uma maior procura dessas pessoas pelas áreas dos cursos de humanas, tais como: Filosofia, Ciências Sociais, Psicologia, História, Letras, Serviço Social e Tradução. No CE, os cursos são Pedagogia, Psicopedagogia, Ciências das Religiões, Pedagogia EAD, Educação do Campo. Os cursos menos procurados pelo grupo de pessoas idosas da UFPB são: o de energias Renováveis e Biotecnologia, ambos com menos de 0,5%.

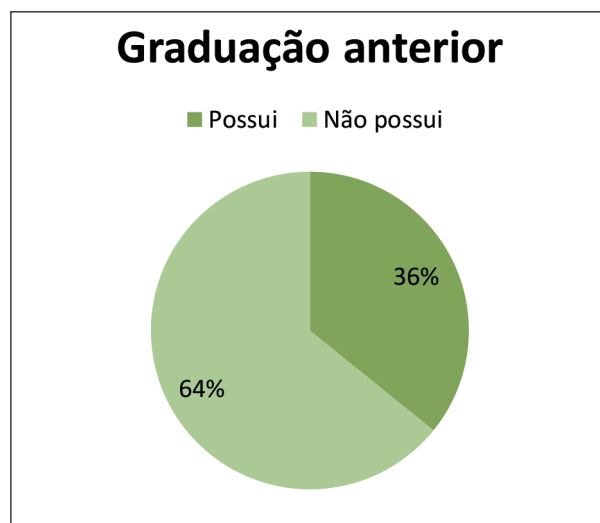
No Gráfico 1 verifica-se que 64% dos discentes idosos(as) não possuem uma graduação anterior. Esse dado é muito relevante, pois, como abordado anteriormente, a presença de idosos nas universidades é uma realidade relativamente recente, advinda do aumento desta população na sociedade brasileira.

Segundo Oliveira et al. (2016, p. 10), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB), promulgada em 20 de dezembro de 1996, no que se refere à Educação Superior, determina em seu Capítulo IV, estabelece:

Tabela 1*Quantitativo de estudantes idosos na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) por Centro*

CENTROS	QUANTITATIVO
Centro de Educação – CE	51
Centro de Ciências da Saúde – CCS	5
Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional – CTDR	8
Centro de Energias Alternativas e Renováveis – CEAR	1
Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias – CCHSA Bananeiras - Campus III	21
CENTRO DE Comunicação, Turismo e Artes – CCTA	16
Centro Profissional e Tecnológico	16
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA	54
Centro de Ciências Jurídicas – CCJ	11
Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE Mamanguape - Campus IV	17
Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA	24
Centro de Biotecnologia	1
Centro de Tecnologia – CT	19
Centro de Ciências Exatas e da Natureza – CCEN	15

Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 1*Presença de graduação anterior dos estudantes idosos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)*

Fonte: Dados da pesquisa

O estímulo à criação cultural, ao desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, assim como o conhecimento dos problemas do mundo presente, em nível nacional e regional, prestando serviços especializados à comunidade, numa relação

de reciprocidade. Busca, também, promover a participação da população com o objetivo de divulgar as conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição, priorizando a formação de profissionais para a inserção no mercado de trabalho. Contudo, não oferece pistas de inclusão da população idosa que, não necessariamente, está em busca de alfabetização ou de qualificação profissional, mas muito mais de conhecimentos que respaldem sua interação com o mundo contemporâneo, sua compreensão e uma melhor vivência de sua velhice.

Dados do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) demonstram um aumento significativo de 56% nas matrículas de pessoas com 60 anos ou mais entre 2012 e 2021, representando uma mudança significativa na demografia estudantil nas Instituições de Ensino Superior. Com relação à escolaridade, seis (66,7%) entrevistados possuíam nível superior completo e os demais (33,3%) possuíam ensino médio ou curso técnico completo.

Com relação ao Gráfico 2, que trata da autodeclaração de raça, encontra-se um percentual maior entre idosos brancos, com total de 40%, seguido de pessoas pardas (35%) e pessoas pretas (8%), porém ao agrupar as pessoas pardas e negras percebe-se que o percentual ultrapassa o quantitativo de pessoas brancas. Uma pesquisa realizada no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (Fonaprace), vinculado à Andifes em 2018, apontou mudanças significativas na composição de cor e raça dos estudantes das IFES nos últimos 15 anos. A partir de 2003, nota-se um crescimento da participação de pardos e pretos e uma diminuição dos brancos, que eram 59,4% dos estudantes e passaram a ser 43,3% enquanto, que em 2018, pretos e pardos somam 613.826 estudantes; os brancos, 520.008.

Justifica-se essa mudança pela adoção de políticas de ação afirmativa nas universidades federais, que começaram a ser implantadas de modo pontual e autônomo a partir de 2005 e foram se espalhando ao longo dos anos por todo o sistema de educação superior federal, particularmente a partir da criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), de 2007, e da criação de um programa federal de ação afirmativa obrigatório por meio da Lei nº 12.711, de 2012. De 2003 a 2018, os pardos aumentaram sua participação entre estudantes em 11 pontos percentuais e os pretos mais que dobraram.

Porém, ao considerar os grupos pardos e negros de maneira separada, percebe-se que nenhum dos

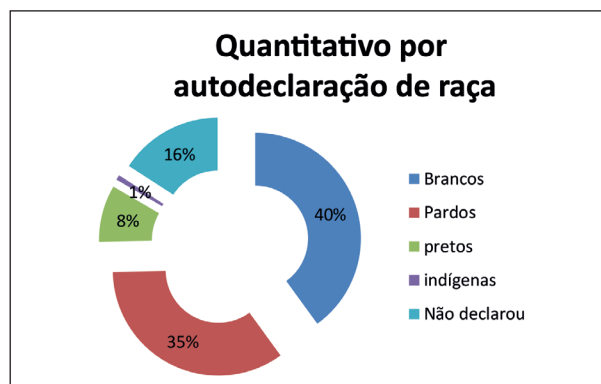
grupos ultrapassa o de pessoas brancas. Esse dado, portanto, corrobora com PNAD (2022) a qual verificou que a raça branca foi dominante no acesso ao Nível Superior. Esse levantamento reafirma que a sociedade brasileira persiste na desigualdade, na qual a implementação de políticas públicas faz-se necessária com a finalidade de permitir a equidade do acesso aos direitos sociais (Vieira, 2023).

Segundo dados do Censo de Educação Superior de 2023, 73,9% das matrículas em cursos de graduação são do sexo feminino, tanto nos cursos presenciais como na modalidade a distância, enquanto 26,1% são do sexo masculino. Infelizmente, o mesmo levantamento não apresenta dados específicos sobre a participação de idosos nas universidades brasileiras, o que impossibilita a realização de estudos comparativos mais amplos e um maior conhecimento. Este resultado, contudo, diverge do obtido em relação aos estudantes idosos na UFPB, pois a quantidade de mulheres matriculadas (40%) mostra-se significativamente menor do que os homens (60%). Embora esteja ocorrendo um aumento considerável de pessoas com mais de 60 anos nas universidades, falta ainda ao Brasil, um olhar mais detalhado sobre este grupo. Importante ressaltar, que dados sólidos, pormenorizados são essenciais para o desenvolvimento de políticas públicas e educacionais dirigidas para esta população (Gráfico 3).

No que tange às comorbidades e deficiências declaradas pelos participantes da amostra, percebe-se que a maioria relata apresentar doenças crônicas,

Gráfico 2

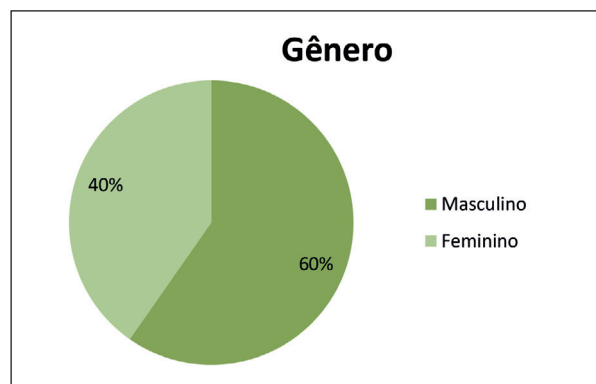
Autodeclaração de raça dos estudantes idosos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 3

Autodeclaração de gênero dos estudantes idosos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Fonte: Dados da pesquisa

estando em conformidade com os estudos que revelam que o envelhecimento populacional está diretamente relacionado ao aumento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), entre elas, merecem destaque doenças de etiologias neoplásicas, doenças respiratórias crônicas, as doenças cardiovasculares, e diabetes (Leite et al., 2019).

A maioria dos respondentes declarou sofrer de deficiência visual (não sendo determinado o grau ou condições desta deficiência, se total ou parcial), contudo este dado chama a atenção para a necessidade de materiais de aprendizagem adaptados, em braille ou formatos acessíveis, faz-se necessário, inclusive, que a universidade pense tanto a acessibilidade física (diminuição das barreiras, piso tátil, por exemplo) como pedagógicas (Gráfico 4).

No Campus I da UFPB, mais especificamente, no Centro de Educação, vinculado ao Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB, encontra-se o Núcleo de Educação Especial (Nedesp), que atende estudantes com deficiências sensoriais e neurodivergências, matriculados nos cursos de graduações e pós-graduações da UFPB. E além de adaptar os materiais, para o braille, por exemplo, também promove cursos de extensão (em Libras) e capacitações (em Introdução ao Sistema Braille e às Tecnologias Assistivas).

Faz-se mister ressaltar que a Constituição Federal e o Estatuto do Idoso garantem o direito de pessoas com mais de 60 anos à educação e à

aprendizagem contínua. Assim sendo, o acesso das pessoas idosas e/ou com deficiência ao Ensino Superior, no Brasil, é um direito garantido por lei. Faz-se sempre importante ressaltar que a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a legislação educacional asseguram o direito à educação inclusiva, enquanto projetos de lei mais recentes buscam criar cotas para idosos nas universidades federais, com o objetivo de promover o ingresso, mas, sobretudo, a permanência dessas pessoas. A inclusão neste sentido visa oferecer a oportunidade de estudos, de aprendizagens, mas, principalmente, oportunizar o envelhecimento ativo, a saúde mental e cognitiva e a interação social.

Considerações

Contemporaneamente, tem havido uma preocupação maior quanto a diversos aspectos do envelhecimento, tais como: políticas públicas, saúde, qualidade de vida, cognição, aprendizagem, inclusão, educação, e no que tange à presente pesquisa, a educação superior.

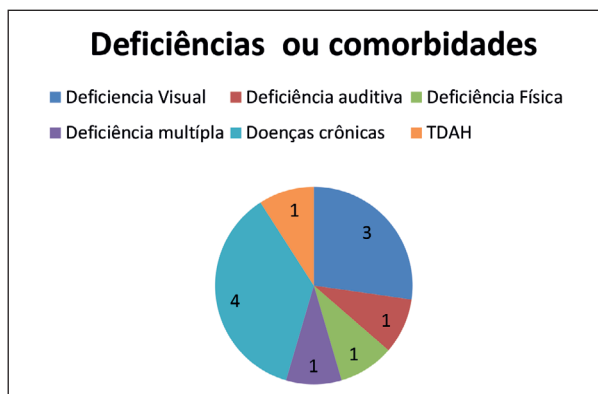
Os resultados da presente pesquisa demonstraram que mesmo observando uma crescente convergência e consciência, por parte das universidades, de que o patrimônio crítico e científico acumulado deve alcançar o maior número possível de pessoas, das mais variadas idades, raças e classes sociais, ainda verificamos um quantitativo baixo de pessoas idosas ocupando esse local da sociedade.

É importante ressaltar que o paradigma preconceituoso da velhice, consolidado ao longo do tempo, vem sendo gradualmente desconstruído por meio de políticas públicas, pela atuação dos próprios idosos e pela mobilização social. Em seu lugar, fortalece-se o Paradigma do Envelhecimento Ativo, no qual a educação desempenha papel fundamental para promover a inclusão e o empoderamento dessa população.

As leituras realizadas nas mais diversas bases de dados, para a realização da presente pesquisa, demonstraram também o quanto ainda é incipiente a produção de artigos e pesquisas sobre a presença e inclusão dos idosos no Ensino Superior no Brasil, e, principalmente, com o crescimento deste público na população brasileira, faz-se necessário que se

Gráfico 4

Autodeclaração de deficiências ou comorbidades dos estudantes idosos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Fonte: Dados da pesquisa

tenha dados cada vez mais consubstanciados a fim de nortear a criação e execução de políticas públicas específicas para a educação superior neste grupo.

Referências

- Araújo, J., & Silveira, G. (2024). Relação entre a Neurociência e o Processo de Ensino-Aprendizagem na Terceira Idade: Estratégias de Estimulação Cognitiva (Psicologia). *Repositório Institucional*, 2(2), 1-15.
- Barbosa, J. S. Jardim, M. L., & Santos, M. F. R. (2021). Neuropsicologia da atenção: da avaliação à estimulação. *Revista Transformar*, 14(2), 258-271.
- Biasus, F. (2016). Reflexões sobre o envelhecimento humano: aspectos psicológicos e relacionamento familiar. *Perspectiva*, 40(152), 55-63. https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/152_594.pdf
- Borges, E., Batista, K. R. O., Andrade, L. E., Séna, P. L. S. C., Soares, N. M. M., Silva, F. B., & Hernandez, M. (2017). O envelhecimento populacional: um fenômeno mundial. In: E. H. M. Dantas & C. A. S. Santos (Orgs.), *Aspectos biopsicossociais do envelhecimento e a prevenção de quedas na terceira idade* (pp. 17-46). Editora Unoesc.
- Chaves, J. M. (2023). Neuroplasticidade, memória e aprendizagem: Uma relação atemporal. *Revista Psicopedagogia*, 40(121), 66-75.
- Costa, R. L. S. (2023). Neurociência e aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação*, 28, e280010.
- Fernandes, C. A. C., Meucci, A., & Geremias, B. M. (2021). A importância do reconhecimento familiar dos idosos estudantes na decisão de ingressar e permanecer no ensino superior In J. Pinheiro (Coord.), *Olhares sobre o envelhecimento: Estudos Interdisciplinares* (vol. 2). Universidade da Madeira.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - 2022 Educação. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=36982&t=resultados>
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2011). *Fundamentos de metodologia científica* (7ª ed.). Atlas.
- Leite, B. C., Oliveira-Figueiredo, D. S., Rocha, F. L., & Nogueira, M. F. (2019). Multimorbidity due to chronic noncommunicable diseases in older adults: A population-based study. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 22(6), e190253. <https://doi.org/10.1590/1981-22562019022.190253>
- Lima, A. P. de, & Delgado, E. I. (2010). A melhor idade do Brasil: aspectos biopsicossociais decorrentes do processo de envelhecimento. *Revista Ulbra Movimento*, 1(2), 76-91.
- Lima, M. C. G. S. (2020). Plasticidade Neural, Neurociência e Educação: As Bases do Aprendizado. *Arquivos do Mudi*, 24(2), 30-41.
- Luz, A. C. E. S. da, Félix, L. C. C., & Lopes, L. A. (2022). Impacto do Declínio do Desempenho Cognitivo Natural nos Processos de Aprendizagem e Inclusão Digital. *Humanidades Em Diálogo*, 11, 171-181. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-7547.hd.2022.177361>
- Matos, S. A., Nogueira, E. A., Ferreira-Costa, J., da Silva-Ferreira, T., & Montiel, J. M. (2021). Aprendizagem como fator de influência na qualidade de vida de pessoas idosas. *Scientia Generalis*, 2(2), 281-288.
- Oliveira, J. M. de, Ferreira, S. O., Bispo, N. N. C., & Concone, M. H. V. B. (2015). Alterações físico-sociais decorrentes do envelhecimento na perspectiva de idosos institucionalizados. *Revista Kairós-Gerontologia*, 18(4), 197-214.
- Oliveira, L. L. de, Sarraipo, M. A. S., Salles, R. R., Leão, M. A. B. G., Castro, M. A. C. D., & Pacheco, M. M. D. R. (2016). A presença do idoso no ensino superior brasileiro e os rumos dos modelos de ensino-aprendizagem. *Revista Perspectivas do Desenvolvimento: Um Enfoque Multidimensional*, 4(5), 1-20. <https://periodicos.unb.br/index.php/perspectivasdodesenvolvimento/article/view/1884>
- Palitot, M. D., Costa, D. G. M., Formiga, B. K. C., & Souza, S. M. A. (2022). *Estresse e cognição: um estudo correlacional com idosos*. E-book IX CIEH. Realize Editora.
- Raymundo, R. S., Sarraipo, M. A., Leão, M. A. B. G., Nascimento, E. F. A., & Foroni, E. (2012). O idoso no ensino superior: Uma análise dos indicadores oficiais da educação na Região Sudeste. In *Anais do XVI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e XII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação* (pp. 1-6). Universidade do Vale do Paraíba.
- Reis, S. M. A. O., Meira, A. M. T., & Moitinho, C. R. (2018). História de vida de idosos no ensino superior: Percursos inesperados de longevidade escolar. *Revista Exitus*, 8(3), 340-369.
- Rodrigues, K. L., & Dala-Paula, B. M. (2023). Aspectos sociais e biológicos do envelhecimento individual, o estilo de vida e a nutrição como estratégias para a longevidade humana. *Estudos Interdisciplinares Sobre o Envelhecimento*, 28, 1-19.
- Santos, T. A., Giroto, S. P. S., Radaelli, P. B., & Madureira, E. M. P. (2024). Processo de envelhecimento no Brasil e o acesso ao ensino superior: Novas expectativas para o idoso. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 10(8).
- Thomazini, M. C. (2021, 19 a 21 de outubro). *O direito à educação para idosos no Brasil: O envelhecimento ativo e a busca pelo ensino superior* [Apresentação de Trabalho]. Encontro Internacional de Produção Científica da UNICESUMAR, Maringá, PR, Brasil.
- Vieira, P. P. F. (2023). *Envelhecimento e desigualdades raciais*. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.
- Zimmerman, G. I. (2007). *Velhice: aspectos biopsicossociais*. Artmed.

Correspondência

Mônica Dias Palitot

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Campus I – Castelo Branco –

João Pessoa-PB, Brasil – CEP 58051-900

E-mail: monica.palitot2@academico.ufpb.br



Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos de licença Creative Commons.